CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

JOÃO VALÉRIO/GOVERNO DO ESTADO SP



Eleuses Paiva, que comanda a Saúde, deve deixar o governo Tarcísio

Saúde de SP amplia regras para evitar conflitos de interesse

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo estabeleceu novas regras para prevenir conflitos de interesses entre dirigentes e coordenadores. A Resolução SS nº 233, publicada na segunda-feira (16), exige declaração de possíveis conflitos em até dez dias após a posse, com renovação anual. A medida alcança áreas como assistência farmacêutica, contratos, orçamento e controle de doenças. O texto também obriga a divulgação de agendas públicas e proíbe o recebimento de presentes de empresas e particulares, com exceções previstas. Viagens, hospedagens e inscrições em eventos custeadas por entidades privadas dependerão de autorização, com divulgação dos benefícios. Quem já ocupa cargo abrangido e ainda não apresentou a declaração terá 30 dias para fazê-lo. O descumprimento poderá resultar em responsabilização administrativa e funcional.

Falta de verba para livros didáticos de 2027

O deputado federal Delegado Palumbo (Podemos-SP) apresentou, na segunda-feira (16), um requerimento de informações ao Ministério da Educação sobre o orçamento para a compra de livros didáticos destinados às escolas públicas em 2027. O parlamentar cobra esclarecimentos sobre uma possível falta de R$ 700 milhões para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Também solicita dados sobre contratos, recursos disponíveis e riscos de atraso na distribuição dos materiais no início do ano letivo.

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pedido foi feito pelo deputado Delegado Palumbo (Podemos-SP)

Arsesp encerra redução da pressão de água

A Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo (Arsesp) determinou o fim das medidas excepcionais de redução da pressão da água durante a noite na Grande São Paulo. A decisão, publicada nesta segunda-feira (16), restabelece o regime normal de abastecimento após a recuperação dos reservatórios. Em 28 de outubro, o Sistema Integrado Metropolitano estava com 61,33% da capacidade, e o Cantareira, com 49,78%. A prestadora deverá informar os usuários sobre as mudanças e apresentar um balanço final das medidas adotadas.

Plano de Gestão de Riscos - SP Águas

A SP-ÁGUAS terá até 180 dias para apresentar um plano de gestão dos riscos de inundações no estado de São Paulo. As diretrizes, publicadas no Diário Oficial desta segunda-feira (16), preveem o mapeamento de áreas de risco, a integração de dados sobre chuvas e rios e o aperfeiçoamento dos sistemas de previsão e alerta. O plano deverá ser aprovado pelo conselho diretor da agência e revisado a cada quatro anos.

Agenda do Governador I

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) esteve reunido na segunda-feira (16) com dirigentes da Motiva, às 15h, e da Trivia Trens, às 16h30. Os encontros ocorrem após falhas na Linha 8-Diamante, que levaram à ameaça de rescisão contratual, e problemas operacionais da Trivia, cuja retomada integral está prevista para novembro.

Ação de improbidade

O Ministério Público de São Paulo ajuizou ação por improbidade administrativa contra o prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima (Podemos), e outras nove pessoas. O grupo é suspeito de envolvimento em um esquema de propinas em contratos públicos. A investigação resultou na apreensão de R$ 15,9 milhões e US$ 156,9 mil. O prefeito nega irregularidades.

Exploração de publicidade

A CPTM formalizou a substituição da Eletromídia pela Globo Comunicação e Participações no contrato de exploração de publicidade em trens e estações. A mudança, publicada no Diário Oficial de segunda-feira (16), decorre da incorporação societária da Eletromídia. O contrato abrange mídias digitais e estáticas, além da manutenção dos espaços.

Emergências em Parques

A Fundação Florestal de São Paulo estabeleceu novas regras para emergências em parques e áreas protegidas estaduais. A norma prevê apoio a buscas, isolamento de locais e acionamento de equipes de resgate. Funcionários ficam proibidos de divulgar imagens de vítimas, administrar medicamentos ou remover corpos sem autorização das autoridades.

Evento natalino no Jockey

O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) autorizou, no Jockey Club de São Paulo, a realização do evento Villa de Natal São Paulo, de 27 de novembro a 23 de dezembro, com espetáculos, personagens natalinos, decoração temática e gastronomia. A autorização foi publicada no Diário Oficial.

Patrimônio tombado

O governo de São Paulo autorizou a instalação temporária do Parque Casa das Caldeiras, na Água Branca, zona oeste da capital. O espaço histórico, que passou por restauração em 2026, prevê atividades culturais, feiras e eventos. A autorização, publicada nesta segunda-feira (16), é válida até 30 de abril de 2027 e inclui a montagem e desmontagem.

DIVULGAÇÃO/ALESP



Comissão de Assuntos Metropolitanos tem reunião nesta terça-feira(17)

Redistribuição de territórios municipais entra no radar da Alesp

Comissão discutirá pedido para unificar propostas sobre limites dos municípios

Da **Redação**

A Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) se reúne nesta terça-feira (17), às 15h30, para analisar seis itens da pauta. Entre eles está um requerimento da deputada Ana Carolina Serra (PSDB) que propõe unificar iniciativas legislativas sobre a transferência de partes do território de um município para outro vizinho.

O Requerimento 3541/2026 solicita que a comissão examine uma minuta de projeto de lei complementar para alterar a Lei Complementar Estadual nº 651, de 1990. A intenção é reunir propostas já apresentadas na Alesp e incorporar novas regras, com a participação dos integrantes da Comissão. Caso haja consenso, o novo projeto poderá ser apresentado em nome da própria comissão. Na justificativa, Ana Carolina Serra afirma que a iniciativa busca aproveitar as ideias em discussão na Casa e ampliar a participação da comissão nos processos de alteração territorial, "tornando os procedimentos mais técnicos e democráticos".

PROJETO JÁ APRESENTADO

A Alesp já analisa uma proposta sobre o mesmo assunto. O Projeto de Lei Complementar 11/2026, protocolado em junho por 17 deputados estaduais do PT, estabelece procedimentos para o desmembramento de áreas municipais e sua incorporação a cidades vizinhas.

O texto prevê estudo de viabilidade econômica e administrativa, coordenado pelo governo estadual, com prazo de 180 dias, prorrogável por igual período. Também estabelece audiências públicas e consulta à população por meio de plebiscito.

Outra exigência é a continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente saúde e educação, durante a transição entre municípios, se houver.

As iniciativas buscam adequar a legislação paulista à Lei Complementar Federal nº 230, de 15 de abril de 2026, que regulamenta o artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal. A norma permite transferir parte do território de uma cidade para outra limítrofe, mediante estudo de viabilidade, plebiscito e aprovação de lei estadual, sem criar um novo município.

Pelo projeto, o processo de desmembramento de parte de Município para incorporação a outro limítrofe poderia partir a pedido de um prefeito, deputado ou do próprio governador. O texto foi protocolado em 19/junho/2026 e está na Comissão de Justiça e Redação da Casa.